

POSSIBILIDADES DE REFLEXÕES SOCIOLÓGICAS SOBRE AS NARRATIVAS QUE CHANCELAM A MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS

Eduardo Junio Ferreira Santos
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)
eduardo.santos@ifg.edu.br

INTRODUÇÃO

Entre 1999 e 2018 foram militarizadas 60 escolas da rede estadual de Goiás (SANTOS, 2020). Sobre tal fenômeno, percebemos empiricamente a circulação de narrativas que versam sobre um suposto apoio que a população goiana lhe confere.

Buscando indícios dessa relação, analisamos todas as matérias jornalísticas publicadas pelo jornal goiano “O Popular” sobre a temática “escola militar” e seus eventuais subtemas durante os anos 2015 e 2018.

Nosso objetivo nesta comunicação oral é apresentar os resultados parciais da pesquisa, apontando possíveis caminhos teóricos para pesquisas que busquem analisar a opinião das comunidades escolares sobre a militarização de escolas públicas.

EM QUE SE ALICERÇARIA A MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM GOIÁS PARA GANHAR RESPALDO SOCIAL?

Constata-se que as afirmações das autoridades sobre o apoio da população a esse modelo de escola estabelecem laços com a realidade concreta, pois, além de não encontrarmos indícios no material investigado que apontem para uma rejeição contundente da população e comunidades escolares ao projeto militar de educação, o processo de expansão das escolas militares em Goiás não poderia ocorrer sem que houvesse condições políticas, sociais e culturais que o permitissem. Esse processo se insere dentro do jogo de forças que regulam o funcionamento das sociedades, em que percebemos que as narrativas expressas no material analisado em relação ao apoio à militarização são partes constitutivas do jogo de forças.

Pensando sobre os temas evidentes no material analisado, em um primeiro momento, formulamos a seguinte pergunta: em que se alicerçaria a militarização da educação pública em Goiás para ganhar respaldo social?; em seguida, relacionaremos a insatisfação com o modelo escolar antes vigente e a proposta de um “modelo novo” e apontaremos como essa insatisfação foi capturada de forma

oportuna por aqueles que levam a cabo o processo de militarização. Para isso, serão abordados dois aspectos chave que se mostram carros-chefes na propaganda em defesa da militarização escolar: melhores condições estruturais e de recursos humanos oferecidos pelas escolas militarizadas – o que reverberaria na organização escolar como um todo – e a questão da indisciplina escolar.

A INSATISFAÇÃO COM O MODELO ESCOLAR PRATICADO PELAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE GOIÁS

Desde 1970, o Estado brasileiro vem implementando políticas públicas que visam a democratizar o acesso ao ensino básico. Desde então, as escolas públicas viveram um processo de massificação de seu público, o que mudou de forma abrupta a relação qualitativa docente/discente no interior das instituições escolares públicas. A escola, no entanto, não passou por reformas estruturais significativas, tampouco o quadro docente recebeu formação específica condizente com a nova realidade desenhada. Por conseguinte, cada vez mais, apareciam no seio das escolas estertores que davam conta de uma incongruência entre o funcionamento escolar tradicional e necessidades de subjetivação específicas daquele novo público (AQUINO, 2014).

Em concomitância com o processo de massificação da escolarização básica nas últimas décadas, a sociedade passou a elaborar e a difundir inúmeras ideias que colocam os processos educativos como centrais para a “construção de um futuro melhor”, “para o desenvolvimento da nação” e como ponte para uma ascensão social do indivíduo (AQUINO, 2014). Como a escola, nesse caso, especificamente a pública, parece não suprir as necessidades alvissareiras demandadas pela contemporaneidade, os discursos sobre a crise da educação buscam causas ou culpados pelo que chamam de fracasso escolar.

Por um lado, diversas concepções políticas, ideológicas e epistemológicas convergem no entendimento de que a escola deve preparar o estudante para a vida pública, que essa Instituição, em linhas gerais, deva ser local privilegiado para uma formação ético-política crítica, que desenvolva no alunado alteridade, respeito à coletividade e um espírito democrático. No entanto, reconhecem também que levar a cabo esse projeto formativo é uma difícil contenda na contemporaneidade, pois se trata de um desafio “educar para uma formação ética comum em uma ‘sociedade de indivíduos’” (CARVALHO, 2013, p. 44). Por outro lado, percebe-se, no senso

comum, em discursos políticos e nos textos publicitários, um discurso que demanda uma escola mais utilitarista, que “seja mais prática e menos teórica”, que prepare os estudantes para os processos seletivos e para o mercado de trabalho.

Diante de tudo isso, a emergência do surgimento de um modelo escolar “diferente”, combinado à autopromoção de seus resultados “práticos” como “sucessos pedagógicos”, obviamente, tem um potencial sedutor considerável.

Sobre a chamada indisciplina escolar, Aquino (2014) alerta que os discursos que versam sobre tal contenda, muitas vezes, criam representações imprecisas da realidade, o que ofusca ou superdimensiona o fenômeno.

De todo modo, é inegável que o problema do enfraquecimento do funcionamento das escolas públicas estaduais goianas agrava os problemas de indisciplina. Dessa forma, neste trabalho, analisa-se a questão da disciplina sob duas facetas que não se separam: 1) manifestações concretas de estertores que atrapalham ou impedem o funcionamento das atividades pedagógicas e 2) superdimensionamento das questões disciplinares que leva, por sua vez, a tomada de decisões pedagógicas equivocadas. Essas facetas constituem uma unidade que participa da dinamização dos processos escolares.

Constata-se também que a “opinião pública” influiu a defesa da militarização da educação goiana com o insucesso da aplicação mecânica, ou mesmo fajuta, de preceitos e fazeres pedagógicos pretensamente democráticos.

Sobre o apoio a políticas que atentam contra os interesses daqueles que justamente a apoiam, Bourdieu (2003, p. 735) assevera que as análises sociológicas devem “evidentemente remontar aos verdadeiros determinantes econômicos e sociais dos inumeráveis atentados contra a liberdade das pessoas, contra a sua legítima aspiração à felicidade e à auto realização.”

A “OPINIÃO PÚBLICA” COMO INSTRUMENTO DE CHANCELA DA MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS

Percebe-se que a “opinião pública” construída a favor do processo de militarização da educação pública em Goiás se sistematiza a partir da captura da superficialidade dos anseios da sociedade goiana e, sobretudo, na ocultação dos processos políticos que lhe subjazem. Ao final desse ciclo, emergem-se, com aparente hegemonia, as facetas de demonstração de apoio à militarização.

A defesa da militarização da educação pública em Goiás se apoia em apelos, reivindicações e crenças da comunidade escolar, no entanto, esse conjunto de ideias que se inclinam a apoiar a militarização da educação não pode ser entendido como uma defesa engendrada e constituída pela própria comunidade escolar a partir de suas demandas política e socialmente localizadas. Segundo Bourdieu (1984, p. 224):

[...] todo exercício da força é acompanhado de um discurso que visa legitimar a força de quem o exerce; se pode mesmo dizer que é concernente a toda relação de força, somente ter toda a sua força à medida que se dissimula como tal. (Tradução nossa).

Depreende-se disso, que o quadro apresentado mostra um arcabouço cultural que se concatena de forma bastante oportuna a um projeto político educacional que não é das classes e grupos que ora parecem defendê-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que há um projeto político de educação operado por setores dominantes da sociedade goiana e que tal projeto emerge e é levado a cabo por meio de uma suposta chancela popular. No entanto, apoiando-se nos aportes teóricos de Bourdieu, ao se dissecar a forma como se operam tais mecanismos e os elementos socioculturais que os alimentam, fica demonstrada sua fragilidade enquanto projeto reivindicado pela comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Julio. **Da autoridade pedagógica à amizade intelectual**: uma plataforma para o éthos docente. São Paulo: Cortez, 2014.
- BOURDIEU, P. Compreender; Pós-escrito. *In*: BOURDIEU, P. (coord.) **A miséria do mundo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 693-736.
- BOURDIEU, P. L'opinion publique n'existe pas. *In*: BOURDIEU, P. **Questions de sociologie**. Paris: Les éditions de minuit, 1984. p. 222-235.
- CARVALHO, José S. **Reflexões sobre educação, formação e esfera pública**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. **Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências**. 442f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2020.